

Irrracionalidade

Dívida Ext

As posições de resistência oferecidas pelos credores à proposta brasileira de renegociação da dívida externa não se filiam a quaisquer postulados da racionalidade. A questão encerra aspectos os mais controversos, não só porque os pontos de vista do Brasil se enquadram com toda a justiça possível nos cânones do sistema financeiro internacional, quanto pelo fato de outros países haverem alcançado tratamento diferenciado para os seus problemas de liquidez externa. E o caso, por exemplo, do México.

Como se sabe, esse vizinho pouco afortunado dos Estados Unidos revelou-se inadimplente em várias ocasiões, em razão das dificuldades enfrentadas por sua economia interna. Até mesmo os serviços da dívida não puderam ser satisfeitos. Todavia, os credores destinaram-lhe um tratamento especial quanto aos cronogramas de amortização e, mais importante ainda, quanto ao suprimento de dólares, sob a forma de novos empréstimos, para os acertos necessários.

É fato que o México fez o jogo dos credores ao submeter-se às imposições do Fundo Monetário Internacional, tanto no seu comportamento externo quanto em relação ao monitoramento de sua economia interna. Por sinal, as soluções alvitadas pela ortodoxia do Fundo não lograram qualquer reação favorável, uma vez que as dificuldades internas do México, de conteúdo estrutural, não podem ser resolvidas com terapias meramente monetaristas.

O Brasil não deseja o monitoramento do FMI; e daí nascem os

obstáculos para o entendimento com os credores. Mas a sua posição é completamente diversa da do México. Todos os seus compromissos externos, aí incluídos os serviços da dívida e as parcelas de amortização, têm sido cumpridos rigorosamente. Anualmente, os saldos de seu balanço de pagamentos ascendem, desde 84, a quantias superiores a doze bilhões de dólares.

Acresce a circunstância de que o Brasil, à força de uma política econômico-financeira ajustada à sua natural vocação para a prosperidade, seguramente crescerá, já a partir deste ano, a taxas nunca inferiores a sete por cento. O reaquecimento da economia não é acidental, mas o resultado de uma política sensatamente concebida e maduramente executada.

Qualquer observador imparcial sabe que a sociedade brasileira, estigmatizada por graves indicadores sociais, entre os quais sobressaem a marginalização de consideráveis segmentos da população, não pode abdicar do crescimento econômico. A estagnação, momentânea e conjuntural que fosse, transformaria essas disfunções em tensões sociais incontroláveis, com riscos bastante graves para a estabilidade das instituições políticas, justamente em uma hora decisiva para a consolidação do regime de franquias democráticas.

Residem nessas causas a decisão brasileira de seguir o seu próprio modelo econômico, sem sujeitar-se às teorias monetaristas e recessionistas do Fundo Monetário Internacional. Sem deixar

de reconhecer a sua parte de responsabilidade na expansão anormal da dívida externa, mas, também, sem desdenhar o fato de haver, nos últimos três anos, exportado para o exterior 43,6 bilhões de dólares em lucros, royalties, juros e amortização, o Brasil pede um entendimento lógico e seguro para todas as partes envolvidas.

Assim, a destinação de 2,5 por cento dos saldos da balança comercial para o resgate da dívida e a eliminação dos **spreads** (taxas de riscos) consubstanciam uma proposta realizável e digna. Quanto à suspensão das taxas de risco, é reivindicação absolutamente necessária e procedente. Necessária porque o País não pode suportar o adicionamento aos seus compromissos financeiros de encargos dessa natureza. E procedente porque não se pode compreender a cobrança de taxas de riscos a um País que não oferece risco algum, até mesmo porque se trata da oitava economia mundial.

Tão lógicos, cartesianos mesmos, são esses argumentos que resta bastante difícil explicar a reação dos credores. Ora, enfraquecer a economia interna do Brasil, por efeito de políticas sabidamente recessivas, é simplesmente conferir condições de iliquidez ao devedor, em prejuízo dos próprios credores e do sistema financeiro internacional. Essa questão, sem dúvida, está posta sobre a mesa da irracionalidade, no que tange às reações dos principais interessados em uma solução definitiva para o problema da dívida externa brasileira.